

História, instituições e preferências no manual “Microeconomics: Behavior, Institutions and Evolution” (2004) de Samuel Bowles*

*History, institutions and preferences in the Samuel Bowles’ textbook
“Microeconomics: Behavior, Institutions and Evolution” (2004)*

Carolina Miranda Cavalcante e Emmanoel de Oliveira Boff**

Resumo: Samuel Bowles é um economista norte-americano reconhecido por sua contribuição concernente ao papel da coevolução histórica entre as instituições e as preferências dos indivíduos, chamando atenção para a endogeneidade das preferências. A ideia de Bowles de preferências endógenas efetivamente agrega elementos teóricos aos tradicionais Manuais de Microeconomia, que assumem as preferências como exógenas. Além disso, o autor é adepto de analogias biológicas, em contraponto às analogias da física mecânica presente nos Manuais de Economia tradicionais. Essa proposta de Bowles se concretizou em seu livro de 2004, *Microeconomics: behavior, institutions, and evolution*, que pretende avançar em relação às hipóteses simplistas dos tradicionais Manuais de Microeconomia especificamente. Deste modo, o presente artigo discute a contribuição teórica de Bowles ao ensino de economia com seu manual de 2004.

Palavras-chave: Preferências Endógenas. Instituições. Metodologia Econômica. Samuel Bowles

Abstract: Samuel Bowles is an American economist recognized for his contribution to the role of the historical coevolution between institutions and individuals’ preferences, calling attention to the endogeneity of preferences. Bowles’s idea of endogenous preference brings new theoretical issues to the traditional Microeconomic textbooks. Furthermore, the author supports biological analogies in opposition to the physical analogies used in traditional Economic textbooks. Bowles’s proposal is consolidated in his 2004 textbook, *Microeconomics: behavior, institutions, and evolution*, which intends to advance concerning the simplistic hypotheses of traditional Microeconomic textbooks. This article discusses the theoretical contribution of Bowles to economics teaching with his 2004 manual.

Keywords: Endogenous Preferences. Institutions. Economic Methodology. Samuel Bowles

JEL: B21. B41. B52

* Submissão: 17/04/2020 | Aprovação: 04/11/2020 | DOI: 10.5380/re.v42i79.72957

** Respectivamente: (1) Professora de Economia Política da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro | ORCID: 0000-0001-8843-891X | E-mail: cmcavalcante@gmail.com | (2) Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense | E-mail: emmanoelb@gmail.com



1. Introdução

Samuel Bowles é um economista norte-americano cuja produção acadêmica aparentemente desafia os pressupostos da teoria econômica tradicionalmente veiculada nos Manuais de Economia. No final dos anos 1960, Bowles, ao lado de Herbert Gintis, se rebelou contra o *establishment* do departamento de economia da Universidade de Harvard, onde ambos estudaram e procuraram desenvolver temas que, na visão da época, não tinham espaço na teoria econômica tradicional. Problemas como poder, exploração, pobreza e desigualdades (de renda, mas também raciais e de gênero) passaram a fazer parte do foco desse grupo de jovens economistas chamados à época de *radical economists* (Backhouse, 1985, p. 391-392). Não por acaso, o foco nos problemas de ordem política e social – abertamente inspirados em uma tradição de viés marxista – os impediu de entrar nas universidades americanas mais tradicionais.

Atualmente, Bowles leciona ocasionalmente na Universidade de Siena, na Itália, e é professor emérito na Universidade de Massachusetts-Amherst. O autor também é associado ao Instituto Santa Fé como pesquisador-professor e diretor do centro de ciências do comportamento do Instituto. É importante notar que o Instituto de Santa Fé foi criado em 1984 como um instituto voltado para a pesquisa interdisciplinar de fenômenos complexos. De modo geral, pode-se dizer que a Ciência Econômica é vista nestes termos pelos membros do Instituto, o que nos leva a crer que uma visão ortodoxa da economia teria pouca aceitação neste ambiente (Beinhocker, 2006, p. 47-8).

Ademais, como McCrate (1996) relata, a trajetória de Bowles começou efetivamente no fim dos anos 1960 com uma abordagem abertamente de viés marxista, explorando a relação entre classe social, escolarização e oportunidades econômicas. Em uma segunda parte, sua preocupação se voltou para uma crítica tanto da visão liberal quanto da visão que ele (com seu colega Gintis) chamou de “marxista” dos movimentos sociais e da dominação, que seria baseada não apenas em fatores econômicos, mas também na identidade social. Em sua fase mais recente de estudo, iniciada no fim dos anos 1980, Bowles passou a se preocupar com a microfundamentação das relações econômicas que envolviam poder e hierarquia. Por um lado, o rótulo de “radicais” faz crer que Bowles e seu grupo se distanciaria do *mainstream* econômico; por outro, o uso de elementos teóricos associados ao *mainstream* nos leva a pensar que essa distância não é tão grande.

O objetivo deste artigo é analisar o lugar da proposta apresentada no livro de 2004 de Bowles, principalmente no *mainstream* do ensino da economia contemporânea. Para alcançar tal objetivo, seguiremos as três seções que compõem este artigo, além desta Introdução e de uma Conclusão. Na primeira seção expomos o que a literatura especializada – Colander *et al.* (2004), Dequech (2007), Arnsperger e Varoufakis (2006), Davis (2006), Herscovici (2015) – entende por ortodoxia, heterodoxia, *mainstream* e sua relação com a teoria neoclássica. Na segunda seção apresentamos a proposta de Bowles (2004) tal qual delineada em seu livro *Microeconomics: behavior, institutions, and evolution*. A escolha de um Manual de Economia se justifica pela importância dos Manuais Científicos na transmissão e consolidação do paradigma de um campo científico, conforme aludido por Kuhn (2003). Nesse sentido, ao propor um Manual de Microeconomia com supostos que remodelam a visão de mundo da teoria econômica tradicional, Bowles pretende alargar o escopo do que estuda e ensina o *mainstream* da Microeconomia. Munidos dos debates das seções I e II, analisaremos na seção III o lugar e o alcance da proposta de Bowles no sentido da expansão dos temas ensinados pela teoria microeconômica tradicional.

2. Ortodoxia, Heterodoxia e *Mainstream*: quais as fronteiras da Economia Neoclássica?

Há uma vasta literatura que busca demarcar as fronteiras entre a ortodoxia e a heterodoxia. Dependendo de como essas fronteiras são estabelecidas, o *mainstream* econômico e a economia neoclássica podem ou não significar a mesma coisa. Colander *et al.* (2004) acreditam que atualmente a economia neoclássica e o *mainstream* econômico não são coincidentes. Os autores definem a economia neoclássica como “uma análise que foca o comportamento otimizador de indivíduos plenamente racionais e bem informados em um contexto estático e do equilíbrio que resulta dessa otimização” (Colander *et al.*, 2004). O *mainstream* econômico, por sua vez, seria definido pelas teorias presentes nos *journals* e Universidades mais prestigiadas e reconhecidas pela “elite da profissão”. Nesse sentido, o *mainstream* econômico seria uma categoria sociológica.

Davis (2006) segue um caminho semelhante, assinalando que a economia neoclássica não ocuparia o *mainstream* econômico desde a década de 1980. Da mesma forma, Herscovici (2015) identifica nesse movimento um processo de

implosão e posterior degeneração do que se conhecia como programa de pesquisa neoclássico. Davis (2006) entende que a economia neoclássica, definida em termos da alocação de recursos escassos, não seria compatível com as concepções desenvolvidas no âmbito da economia evolucionária e da economia da complexidade utilizadas por Bowles, por exemplo. De modo similar, Herscovici (2015) entende que os supostos teóricos da economia da informação e da economia institucional seriam incompatíveis com os supostos neoclássicos, definidos a partir dos conceitos de racionalidade, ergodicidade, equilíbrio e ótimo de Pareto.

Dequech (2007) também reconhece que a economia neoclássica, definida pelos supostos de racionalidade e maximização, equilíbrio e rejeição da ideia de incerteza forte, não mais se identificaria com o *mainstream* econômico. Ele segue Colander *et al.* (2004) na delimitação do campo do *mainstream* econômico a partir de um critério sociológico, definindo-o como “aquilo que é ensinado nas mais prestigiosas universidades e faculdades, é publicado nas mais prestigiosas revistas, recebe financiamento das mais importantes fundações de pesquisa e recebe as mais prestigiosas premiações” (Dequech, 2007, p. 281). Nesse sentido, os autores até aqui mencionados defendem a ideia de que a economia neoclássica teria sido suplantada por teorias dotadas de supostos mais realistas e/ou capazes de produzir outros programas de pesquisa.

Arnsperger e Varoufakis (2006) fornecem uma definição similar de economia neoclássica, mas discordam sobre esta não fazer parte do *mainstream* econômico. Os autores sugerem que a economia neoclássica se identificaria com o *mainstream* econômico e poderia ser definida a partir dos três meta-axiomas neoclássicos: (i) individualismo metodológico: toda explicação da economia deve ser empreendida tendo por base o agente individual; (ii) instrumentalismo metodológico: todo comportamento humano é orientado por preferências, sendo entendido como um meio de maximização da satisfação individual; (iii) equilíbrio metodológico: consiste em descobrir um equilíbrio, supor que os agentes encontram-se nesse equilíbrio e, por fim, demonstrar que esse equilíbrio é estável.

Temos aqui duas interpretações da dinâmica teórica do campo da economia nas últimas décadas. Colander *et al.* (2004), Dequech (2007), Davis (2006) e Herscovici (2015) entendem que noções de ambiente estratégico, processo evolucionário, preferências endógenas etc., configuram supostos teóricos que originariam um novo programa de pesquisa, de modo que as pesquisas do novo

mainstream econômico seriam efetivamente distintas daquelas da economia neoclássica padrão. Já Arnsperger e Varoufakis (2006) apontam que esse novo *mainstream* econômico não traria nada além de flexibilizações dos supostos neoclássicos tradicionais. Ou seja, supostos como racionalidade limitada, reconhecimento de problemas de informação (como informação incompleta ou assimétrica), incerteza, instituições e preferências endógenas embasariam teorias que apenas acrescentam *variações* aos supostos padrões dos economistas neoclássicos (individualismo metodológico, comportamento caracterizado por maximização sob restrição, equilíbrio e risco).

Como podemos nos situar diante deste debate? Ora, sem dúvida nas últimas décadas a pesquisa avançou baseada em supostos que vão além daqueles da economia neoclássica padrão. Parte dessa pesquisa (por exemplo, dos novos-institucionalistas e ganhadores do prêmio Nobel de economia Oliver Williamson e Douglass North) ganhou acesso ao *mainstream* pelo prestígio e reconhecimento de seus autores nos maiores centros de economia do mundo. No entanto, isto não significa que pesquisas que utilizam os supostos padrões neoclássicos tenham abandonado o *mainstream*, nem tampouco que toda pesquisa que faça uso de supostos neoclássicos vá necessariamente alcançar o *mainstream*. Em outros termos: há hoje uma intersecção entre o *mainstream* e a economia neoclássica padrão – uma intersecção que, no entanto, não configura uma superposição total entre os dois. Deste modo, há pesquisas *mainstream* que não se utilizam dos supostos neoclássicos padrão e há pesquisas que utilizam os supostos neoclássicos padrão, mas não ganham reconhecimento e prestígio de seus pares para fazer parte do *mainstream*.

No entanto, o que vale para a pesquisa não necessariamente vale para o ensino: segundo Davis (2006), a pesquisa em economia tenderia a evoluir de forma mais veloz que as teorias ensinadas aos novos economistas. Em outros termos, as novas teorias econômicas propostas no âmbito da pesquisa tendem a permear, ainda que de forma lenta, o ensino de economia. Segundo Kuhn (2003), os manuais cumprem um importante papel na ciência ao difundir os supostos contidos no paradigma dominante entre os membros de uma comunidade científica. O que os manuais reúnem são as contribuições consideradas mais relevantes de autores consagrados – ou seja, de autores pertencentes ao *mainstream* da economia. Nesse sentido, os manuais contêm artifícios pedagógicos que visam “familiarizar

rapidamente o estudante com o que a comunidade científica contemporânea julga conhecer” (Kuhn, 2003, p. 178). Portanto, as teorias que compõem os manuais são embasadas por supostos teóricos associados a autores consagrados e reconhecidos por seus pares – ou ainda, autores *mainstream*.

O papel dos manuais científicos é conhecido entre os pesquisadores em economia, de modo que esses manuais podem ser utilizados como uma forma de veicular visões de mundo alternativas à economia neoclássica padrão. Segundo Davis (2006), os supostos neoclássicos padrão ainda predominam no *ensino* de economia, embora não sejam exclusivos no *mainstream* da *pesquisa* atual em economia. Será que se pode dizer que o manual de 2004 de Bowles aponta para a introdução de novos supostos no *mainstream* do ensino de economia? Na próxima seção, expomos algumas concepções de Bowles sugeridas em seu *Microeconomics* para, em seguida, discutir a contribuição desse Manual de Microeconomia ao ensino de economia de modo mais específico.

3. O Manual de Microeconomia de 2004 de Samuel Bowles

Antes de mais nada, pode-se questionar o porquê do uso deste livro de 2004 e não dos livros mais recentes de Bowles para nossa pesquisa. A razão é que o livro é feito para o nível de pós-graduação, diferente dos manuais seguintes, elaborados para nível de graduação e intermediário. Esclareceremos um pouco mais sobre os manuais recentes de Bowles no final do artigo. De qualquer forma, cabe observar que as ideias elaboradas no manual de 2004 foram aprofundadas e postas em uso em diversas universidades no nível de graduação posteriormente. Para uma análise da proposta recente de manual para ensino de economia de Bowles, o artigo de Bowles e Carlin (2020) é instrutivo.

3.1. Endogeneidade das preferências

Uma contribuição central de Bowles (e também de seu frequente coautor Herbert Gintis) envolve o conceito de endogeneidade de preferências – ou seja, as preferências dos agentes não são dadas, mas se modificam em conjunto com as instituições formais e informais que coordenam a interação humana em sociedade. No entanto, nos tradicionais manuais de economia não se estuda o processo de formação das preferências individuais por fenômenos sociais ou biológicos (em outras palavras, as preferências são exógenas).

Mercados e outras instituições econômicas fazem mais que alocar bens e serviços: eles também influenciam a evolução dos valores, gostos e personalidades. Os economistas há muito supunham de outra maneira; o axioma das preferências exógenas é tão antigo quanto a própria filosofia política (Bowles, 1998, p. 75)

No intuito de superar essa limitação imposta pela abordagem tradicional em economia, Bowles vem criticando desde o início dos anos 70 algumas das hipóteses do que denomina *ficção walrasiana*. A partir de Finch e McMaster (2004 e 2018), apontamos adiante algumas dessas críticas.

A ideia de “troca disputada” (*contested exchange*) nos mercados reais é contraposta à economia de custos de transação de Coase (1937). Na “troca disputada”, há relações de poder e hierarquia envolvendo as partes que trocam nos mercados. Como exemplo, temos os mercados de trabalho (onde patrões, situados no “lado curto”¹ do mercado têm mais poder que trabalhadores) e no mercado de crédito (onde os doadores de crédito, no “lado curto”, têm mais poder que os tomadores de crédito). Este tipo de troca analisado por Bowles leva a um equilíbrio nesses mercados que normalmente *não é Pareto-ótimo e não leva ao market-clearing*. Esta não-otimalidade surge de certas características de cada mercado específico que não são contratáveis (por exemplo, o esforço dos trabalhadores). Neste caso, a incompletude dos contratos pode levar a esta situação de não-otimalidade.

Se a troca é disputada e os contratos são contingentes e incompletos, o que leva a uma renovação permanente deles? A resposta se encontra na formação de preferências sociais² e na ideia de que o local de trabalho é um ambiente cultural que possui normas que são internalizadas pelos agentes. Ou seja, o que de início era apenas uma norma para o trabalhador – uma “prescrição ética que governa a ação do indivíduo com relação a outros” – se transforma em preferência individual. Em linguagem microeconômica, elas deixam de fazer parte da restrição e se transformam em mais um argumento da função de utilidade dos agentes. Estas normas do ambiente de trabalho “criam” preferências sobre o que é um salário justo, qual deve ser o nível de esforço oferecido e qual é o ambiente de trabalho ideal.

¹ Bowles introduz o conceito de “lado curto” e “lado longo” do mercado para dar conta da existência de poder nas relações econômicas. Agentes no “lado curto” do mercado normalmente possuem maior riqueza e podem ameaçar o término do contrato com os agentes do “lado longo”. Em seu livro, Bowles (2004) exemplifica outras relações “agente-principal” onde os conceitos de lado curto e longo do mercado também se aplicam.

² Preferências sociais são aquelas que, dado um certo estado da natureza, dependem de *como* se chegou a este estado (*process-regarding*) e da *avaliação de outros agentes* sobre este estado (*other-regarding*).

Deste modo, conceitos como *normas*, *especificidade de cada mercado* (por exemplo, *de crédito ou de trabalho*), *poder político* e *classe social* – marginalmente estudados dentro da economia walrasiana – parecem reentrar o discurso econômico em seu veio central, convivendo lado a lado com conceitos mais tradicionais como otimalidade de Pareto, problemas de agente-principal e equilíbrio.

Politicamente, as implicações das hipóteses acima divergem da economia walrasiana: se antes a economia deixada a si própria sob a batuta de um Estado passivo que corrige falhas de mercado e garante direitos de propriedade levava a um ótimo social, agora isso muda. Ou seja, há espaço no modelo de Bowles para a atuação do Estado (ou de qualquer outra instituição com poder) que garanta uma melhoria de Pareto nos mercados. Por exemplo, há a sugestão de que poderia haver redistribuição de direitos de propriedade para os trabalhadores, para incentivar uma maior eficiência nos mercados (Finch; McMaster, 2004). Como o próprio Bowles indica, seu modelo representa uma microfundamentação para os resultados subótimos da macroeconomia keynesiana – embora ele suponha que as políticas para a solução de um desemprego persistente não passam necessariamente pelo receituário keynesiano tradicional³. A pergunta que se faz aqui é: onde e como seu esquema conceitual (e o correspondente receituário de políticas econômicas) marca uma quebra significativa com a economia walrasiana que o precedeu?

3.2. História e Instituições

Para analisar essa suposta quebra, podemos primeiramente tomar o conceito de tempo na teoria proposta por Bowles. A ideia de preferências que se “desenvolvem” dentro de um ambiente cultural sugere a passagem do tempo. Mas de que tipo de tempo se fala?

Dow (1985, p. 113) tenta dar conta da multiplicidade de sentidos que se atribui à palavra “tempo” na ciência econômica. Ela identifica quatro tipos de tempo: (i) *histórico*: dependente dos eventos que se sucedem no mundo, onde não há reversibilidade e onde cada estado da realidade é visto como consequência de seu precedente – havendo, portanto, *path-dependence*; (ii) *mecânico*: não depende dos eventos do mundo e onde há reversibilidade dos eventos; (iii) *lógico*: se

³ Aqui nos referimos ao receituário associado aos velhos keynesianos da síntese neoclássica, ou seja, preferivelmente o governo deveria aplicar a política fiscal para combater o desemprego, dado que se assume que o investimento é pouco sensível a variações na taxa de juros. Sobre as diversas correntes keynesianas, ver De Paula e Sicsú (1999).

embasa na noção de causalidade dedutiva – se ocorre evento A, então ocorre outro evento B; (iv) *expectacional*: tempo de caráter subjetivo, no qual os indivíduos formam suas expectativas. Dentro deste arcabouço, qual é o tipo de tempo que Bowles têm em mente? Com base nos modelos e argumentos desenvolvidos de seu *Microeconomics* (2004), veremos que Bowles parece misturar os conceitos de tempo acima referidos. Analisemos como isso ocorre.

No capítulo 13 de Bowles (2004), é desenvolvido um modelo de como preferências e instituições coevoluem no tempo, e para o qual existe um programa de simulação com base no comportamento dos agentes (*agent-based*), disponível em sua página na Internet⁴. Sua argumentação objetiva dois pontos: (i) mostrar como, historicamente, podem desenvolver-se as preferências altruístas e cooperativas do *homo reciprocans*⁵ em conjunto com certas instituições; (ii) comparar os resultados em termos de bem-estar e eficiência de Pareto da hipótese do *homo reciprocans* com relação a modelos que usam o *homo economicus* autointeressado.

Contudo, as simulações computacionais de Bowles parecem levar antes a *histórias artificiais* da coevolução de preferências e instituições do que a possibilidade de estudar concretamente algum evento histórico específico⁶. Analogamente aos modelos biológicos desenvolvidos por Maynard Smith, Bowles (2004, p. 458) explica seu modelo da seguinte maneira: primeiramente, suponha que num dado universo existem **g** grupos e **n** indivíduos distribuídos uniformemente entre estes grupos. Os indivíduos jogam o jogo abaixo:

Tabela 1 – Jogo do Altruísmo

Participantes	Altruístas (A)	Não-Altruístas (N)
Altruístas (A)	b – c	- c
Não-Altruístas (N)	b	0

Fonte: Bowles, 2004, p. 449.

Nota: “b” representa o *payoff* e “c” o custo associado à interação.

⁴ Bowles *et al.* (2003). Disponível no site: http://www.santafe.edu/~bowles/artificial_history/index.html. Acesso em: 09/09/2021.

⁵ O *homo reciprocans* de Bowles e Gintis é possuidor de reciprocidade forte na interação humana. Isto é diferente do *altruísmo recíproco*, que supõe que o agente toma uma atitude altruísta hoje com vistas a obter um retorno esperado maior no futuro. O *homo reciprocans* atua cooperativamente com outros membros do grupo, partilha o seu *payoff* e pune aqueles que atuam não-cooperativamente. Como se vê, é um modelo de ser humano alternativo e aparentemente oposto ao *homo economicus* neoclássico tradicional.

⁶ Note-se que em artigo de 2018, Bowles e Girardi procuram mostrar como o golpe militar de 1973 no Chile (e a mudança institucional derivada deste evento) alterou resultados econômicos como o preço das ações. No entanto, a abordagem adotada no artigo não faz uso do instrumental teórico adotado no livro de 2004.

Informalmente, temos que no início ($t = 0$) todos jogam segundo a estratégia não-altruísta, mas uma taxa de mutação garante que isto pode se alterar aleatoriamente. O objetivo de não haver inicialmente estratégia altruísta é exatamente o de saber se este tipo de estratégia pode proliferar, mesmo que inicialmente poucos membros da população atuem deste modo.

Depois da interação do primeiro jogo, os *payoffs* dos jogadores determinam o número de réplicas de altruístas e não-altruístas na geração seguinte. Por exemplo, se o *payoff* de um indivíduo foi zero, ele morrerá e não deixará nenhum descendente; se for dois, deixará dois descendentes, e assim sucessivamente. Nesta nova geração haverá algumas mutações, além de emigrações e imigrações que seguem certas taxas dadas exogenamente.

Tem-se então a seleção aleatória de alguns grupos que competem entre si. O grupo vencedor – aquele que detém o maior *payoff* – se reproduz dentro do grupo vencido, repopulando-o. Em seguida, o grupo vencedor se divide, transformando-se em dois grupos menores que adotam as instituições do grupo vencedor. O modelo persiste durante milhares de gerações, em que se objetiva mostrar como desde seu surgimento, o *homo sapiens sapiens* pode ter desenvolvido instituições que coevoluíram com preferências que dependem da avaliação que outros agentes fazem dos estados da natureza (*other-regarding*) e do processo que levou a estes estados (*process-regarding*).

Algumas observações e definições são importantes: primeiramente, o que Bowles chama de instituições são “leis, regras informais, e convenções que dão uma estrutura durável às interações sociais” (Bowles, 2004, p. 42). O modo de analisá-las é como o equilíbrio subjacente a um determinado jogo. Dentro desta visão, organizações como bancos ou escolas, ou instituições como regras de boas maneiras ou de vestimenta poderiam ser todas estudadas com recurso a modelos de teoria dos jogos. No modelo acima, Bowles acrescenta duas instituições – partilha de recursos (*resource sharing*) e segmentação intra-grupos⁷ – para mostrar como isto leva a um maior desenvolvimento das características do *homo reciprocans*. Contudo, o que Bowles quer dizer é que é *possível* que instituições

⁷ Informalmente, a instituição da segmentação intragrupos faz com que indivíduos com mesmas características – altruístas, por exemplo – tenham maior probabilidade de jogar com indivíduos dessa mesma característica. Mais formalmente, se temos um altruísta A no grupo j , a probabilidade dele jogar com um altruísta não será simplesmente p_j , mas $s_j + (1 - s_j)p_j > p_j$. Do mesmo modo, um não-altruísta N terá a probabilidade de jogar com um altruísta A dada por $(1 - s_j)p_j < p_j$. S_j (que deve ser não-negativo) é definido como o grau de segmentação dentro do grupo j . (ver Bowles, *op.cit.*, p. 455).

que promovem a partilha de recursos e segmentação social tenham evoluído juntamente a traços de comportamento do *homo reciprocans*.

Em segundo lugar, Bowles entende preferências como “razões para o comportamento, atributos dos indivíduos (...) que respondem pelas ações que eles tomam em dada situação” (Bowles, 2004, p. 99). Em sua visão, é errôneo entender o comportamento como sinônimo da busca pelo bem-estar. Vários estudos, como os de Kahneman e Tversky⁸, mostraram que o comportamento humano pode ser míope no que tange ao próprio bem-estar do sujeito. Além do mais, Bowles rejeita a ideia samuelsoniana de “preferência revelada”, pelo fato de ela pouco explicar as *razões* para o comportamento. Dentro da visão de Bowles, emoções e moralidade devem fazer parte do estudo do economista, pois são capazes de explicar comportamentos humanos.

É ainda interessante observar que a estrutura dos jogos revela um caráter a-histórico que parece entrar em conflito com a própria ideia de troca disputada, que visava dar mais realismo às relações econômicas dentro da especificidade do capitalismo. Afinal, se a troca pode ser modelada como um jogo, podemos perguntar quem faz as regras desse jogo dentro de uma sociedade e época específicas⁹. Ou seja, há a possibilidade de as regras do jogo serem alteradas à medida que o jogo é jogado e dependendo das intenções de quem o joga? Além do mais, por que as taxas de imigração/emigração e de mutação são dadas exogenamente? Elas não poderiam variar endogenamente com o resultado dos jogos? Bowles (2004, p. 45) admite estas e outras deficiências na aplicação da teoria dos jogos na modelagem de problemas institucionais e econômicos. Contudo, primordialmente seu objetivo é mostrar, dentro de um certo arcabouço científico, a possibilidade da evolução do *homo reciprocans*. Percebe-se assim que, embora a ideia de *path-dependence* esteja contida no modelo de coevolução de preferências e instituições de Bowles, é questionável que ele possa ser aplicado em eventos específicos (e não apenas trajetórias hipotéticas de longuíssimo prazo).

Ou seja, o modelo de Bowles pode fornecer um arcabouço teórico para iluminar eventos como a persistência secular de instituições extrativas em alguns países do terceiro mundo ou a histórica concentração de renda num país como o Brasil. Entretanto, existiria a partir de seu modelo um receituário do que se pode

⁸ Ver Kahneman (2002).

⁹ Ver Finch e McMaster (2004, 2018).

fazer para modificar estas situações seculares? Para isto, é necessário saber como os processos dinâmicos de mudança institucional podem ser “acelerados”. Deste modo, seria possível imaginar mudanças em certas instituições no intervalo de uma ou duas gerações, e não em milhares de gerações. Com isto, poder-se-ia usar a ideia de tempo de Bowles em um contexto mais concreto.

Digamos, para fins de aplicação, que trabalhadores e empresários participam de um jogo no qual há duas ações possíveis para cada trabalhador – ele pode ou não entrar num movimento grevista. Da mesma forma, os empresários podem negociar ou não com os trabalhadores. Se supusermos: (i) que empresários e/ou trabalhadores podem conscientemente tomar uma ação que não lhes rende o maior *payoff* do jogo (é o chamado comportamento idiossincrático¹⁰); (ii) que haja convenções e “efeito conformismo”¹¹ que facilitem a vários trabalhadores (ou empresários) assumir este tipo de ação não-ótima; (iii) que haja eventos não-previsíveis que afetem os *payoffs* dos jogadores e seus comportamentos. Desta forma, seria possível, em princípio, entender como se iniciam movimentos como a greve de Maio de 1968 na França, ou a luta pelos direitos civis dos afro-americanos nos EUA. Bastaria identificar que tipo de comportamento intencional e idiossincrático se difundiu entre certos grupos sociais (trabalhadores e estudantes no caso francês; membros de uma mesma etnia no caso norte-americano) e que eventos não-previsíveis afetaram o *payoff* dos envolvidos no jogo.

Observe-se que é possível compreender certos eventos passados com o instrumental de Bowles, mas *ainda não há um modo de prever quando ou como mudanças institucionais e comportamentais acontecerão com este modelo*. Isto porque como o próprio Bowles (2004, p. 45) observa, a teoria dos jogos ainda não dá adequadamente conta de quatro elementos: (i) *superposição*, ou seja, quando os jogadores participam de vários jogos simultâneos cujos resultados são interdependentes e dinâmicos; (ii) *recursividade*, ou seja, quando a estrutura do

¹⁰ O comportamento idiossincrático remete àqueles comportamentos que se mostram contrários ao que havia sido previsto pelo modelo.

¹¹ O efeito conformismo remete à ideia de que dadas duas características culturais dos membros de uma sociedade (altruísmo e egoísmo, por exemplo), diz-se que há um *equilíbrio cultural* quando a frequência dessas características entre os membros da sociedade é estacionária. Por exemplo, pode-se verificar que a frequência de altruístas em certa sociedade é de 30% (contra 70% de egoístas) e que ela se mantém constante no tempo. Este equilíbrio depende não só do *payoff* que cada característica fornece a quem a possui, mas também do grau de conformismo da característica. Ou seja, mesmo que um comportamento altruísta forneça um *payoff* menor quando comparado com um comportamento egoísta, é possível ainda assim adotar um comportamento altruísta de modo conformista, porque o grupo de referência (escola, igreja, amigos, família etc.) também o adota.

jogo no presente depende dos resultados dos jogos passados; (iii) *constitutividade*, ou seja, quando os jogos passados influenciam as preferências e crenças (e daí também os *payoffs* e estratégias de equilíbrio) do jogo presente; (iv) *assimetria*, isto é, os *payoffs* e estratégias dos jogadores são distintos se eles pertencem a diferentes classes, religiões, sexos, espécies biológicas, nações etc.

Os limites da teoria dos jogos estão relacionados à sua ainda incompleta forma de modelar como jogos passados influenciam os jogos no presente. Ou seja, Bowles adota uma ideia de tempo próxima daquela utilizada por abordagens alternativas¹², como não-ergodicidade e *path-dependence*. Mas, conforme indicado anteriormente, os autores só podem explicar como certos eventos no passado *podem ter* ocorrido. Não há um modo de atribuir probabilidades e exaurir as possibilidades dos eventos que podem ocorrer no futuro. No entanto, os modelos sempre admitem, para fins de inteligibilidade matemático-formal que *há uma distribuição de probabilidade associada a certas variáveis do modelo* (como a taxa de mutação dos agentes, por exemplo). Fica claro aí que, embora o modelo seja dinâmico, a ideia keynesiana de incerteza forte não é trabalhada pelo modelo. Embora incorpore temas tradicionalmente heterodoxos – e assim o faz com o fito de dar mais realismo a seu modelo – Bowles não deixa de criar sua própria ficção, ainda que esta se contraponha à ficção walrasiana (Finch; McMaster, 2004; 2018).

Apesar de não superar totalmente a ficção walrasiana, o modelo de Bowles foge da ausência de tempo histórico da ortodoxia. Seguindo a classificação de Dow (1985), parece haver, contudo, uma confusão entre o tempo mecânico e o tempo histórico no esquema conceitual de Bowles. Isto ocorre porque embora haja *path-dependence* e não-ergodicidade, as simulações em computador não se referem a nenhum evento específico que realmente tenha ocorrido, mas apenas a possibilidades aleatórias da coevolução de preferências e instituições. Sob as lentes de Hodgson (2001b), pode-se dizer que Bowles funde níveis de abstração da análise econômica ao tentar analisar tipos específicos de formação social humana e suas variedades com o instrumental que trata de sistemas gerais¹³. Sua ideia de

¹² Sobre abordagens alternativas surgidas ainda no século XIX e XX ver Backhouse (1985, cap. 18). Mais recentemente, Hodgson (1999) fornece uma caracterização das escolas de pensamento heterodoxas. Lawson reconhece ainda uma unidade ontológica entre essas propostas alternativas à ortodoxia econômica. Ver Lawson (1997, 2003, 2006).

¹³ Hodgson (2001b) aponta cinco níveis de abstração para a análise econômica: 1. sistemas gerais; 2. sociedade humana; 3. civilização humana; 4. tipos específicos de formação social humana complexa (antiguidade, feudalismo e capitalismo) e 5. variedades de cada tipo de formação social humana complexa (como diferentes tipos de capitalismo geográfica e historicamente).

tempo está vinculada a certa noção de equilíbrio que ainda é walrasiana¹⁴. Assim, só se pode estudar a coevolução das preferências individuais e instituições ao defini-las lógica e formalmente.

3.3. Atomismo e reducionismo

A ideia do *homo reciprocans* reforça a importância da heterogeneidade de comportamento dos agentes e fatores além do autointeresse como motivadores do comportamento. No entanto, como mostra Kerstenetzky (2005), incorporar a ideia de *altruísmo* (relativo a outros) numa função de utilidade que representa o *autointeresse* pode se mostrar contraditória, pois os dois termos excluem um ao outro.

Gintis (2006) sugere uma saída para esse impasse adotando a ideia de que os agentes não maximizam necessariamente algo como seu bem-estar na sua função de utilidade, mas sua aptidão (*fitness*), no sentido biológico do termo. Isto não precisa ser feito de modo consciente. Também não há necessidade de que as crenças que embasam seu comportamento estejam corretas, nem é necessário que elas sejam corrigidas, uma vez identificadas como erradas. Seguindo a definição de ciência econômica fornecida pelos manuais de economia, tudo o que Gintis sugere é que o agente possa escolher sob certas restrições e o faça consistentemente (isto é, mantendo a transitividade e completude de suas escolhas). Na verdade, este é o modelo de escolha racional (ER), agora rebatizado de modelo BPC (*beliefs, preferences and constraints*) por Gintis.

A manutenção de elementos de análise walrasiana acaba levando a um comportamento do agente que pode ser classificado de reducionista, atomista e que pode ser associado a um determinado tipo de individualismo metodológico (Finch; McMaster, 2004 e 2018). É importante frisar este ponto, pois há mais de um tipo de individualismo metodológico¹⁵ e que há várias conotações possíveis para o termo “escolha racional” (CHAI, 2003). No caso de Bowles (e também de Gintis), seu modelo de escolha racional possui as seguintes características: (i) almeja poder prever o comportamento dos agentes; (ii) é matematicamente formal; (iii) resolve problemas de otimização sob restrição; (iv) utiliza-se da ideia de preferências e crenças “finas” (*thin preferences and beliefs*)¹⁶.

¹⁴ Para uma discussão das noções de equilíbrio da ortodoxia e suas alternativas, ver Vercelli (1991) e Dow (1985).

¹⁵ Ver Chafim e Krivochein (2011) e o caso de Hayek, na análise de Kerstenetzky (2007).

¹⁶ Chai (2003) associa o modelo de escolha racional tradicional em economia a preferências “espessas” (*thick*), ou seja, exógenas. Nos modelos tradicionais, não se analisa como as preferências evoluem com o

Hodgson (2001b) e Davis (2003) apontam que a ênfase de Bowles e Gintis em modelos com analogias biológicas acaba fazendo com que sua variedade da teoria da ER (ou BPC) possa ser aplicada no estudo do comportamento de *qualquer* ente vivo – sejam elas indivíduos, partidos políticos, religiões ou colônias de bactérias, por exemplo. Admite-se que o meio social influencia o comportamento individual, mas o ponto inicial de análise ainda é o indivíduo que enfrenta escassez no seu meio. Este é um modo *universal* de tentar entender a relação dos seres vivos entre si e com o mundo¹⁷, o que vai de encontro à concepção de Hodgson sobre o comportamento individual. A ideia de “causação reconstitutiva de cima para baixo” pode fazer com que indivíduos não vejam o mundo sob as lentes da escassez¹⁸. Por exemplo, certas economias tribais não capitalistas podem possuir vastos recursos e poucos desejos¹⁹.

Desta forma, vê-se que embora as hipóteses do modelo de Gintis e Bowles sejam diferentes das implicadas na economia walrasiana, conceitos fundamentais da economia walrasiana são mantidos, como equilíbrio (agora associado a estratégias evolucionariamente estáveis em jogos) e comportamento maximizador. Conceitos como poder político, classes sociais e mercados (como os de trabalho ou crédito) também são inseridos no debate. Assim observamos como o esquema conceitual de Bowles, associado às contribuições de Gintis, concorre para a ampliação do conjunto de problemas econômicos, superando a ideia de indivíduo atomizado (com preferências dadas exogenamente) e da ausência de história. Consequentemente, temos um instrumental teórico para analisar a evolução das instituições.

4. A contribuição de Samuel Bowles aos manuais de economia

Vemos assim que Bowles, como os novos institucionalistas e economistas evolucionários, vêm afrouxando os supostos neoclássicos tradicionais. Na

tempo, nem como elas surgem. Bowles e Gintis, entretanto, procuram modelar o modo como as estruturas de preferências dos indivíduos em sociedade surgem, associando sua evolução a instituições alicerçadas em fatores biológicos e culturais.

¹⁷ Gary Becker, adotando supostos neoclássicos padrão, modela o comportamento individual incorporando argumentos sociais na função de utilidade dos agentes. Ele sustenta que sua abordagem consiste antes em “um método de análise, e não uma suposição sobre motivações particulares” (Becker, 1996, p. 139).

¹⁸ O modelo de “causação reconstitutiva de cima para baixo” (“*reconstitutive downward causation*”) visa entender como os hábitos dos sujeitos são formados socialmente, uma ideia aparentemente similar à de preferência endógena de Bowles, mas com diferenças ontológicas substantivas. Ver Hodgson (2001a) para uma discussão mais detalhada do modelo de “causação reconstitutiva de cima para baixo”.

¹⁹ Este exemplo é de Sahlins *apud* Hodgson (2001b, p. 277). Também o trabalho de Norbert Elias (1993 [1939], 1994 [1987]) exemplifica uma análise alternativa à da ER com relação ao desenvolvimento do comportamento humano e das instituições.

primeira seção deste artigo, vimos que enquanto Herscovici (2015) vê nesse movimento um rompimento com a economia neoclássica, Arnsperger e Varoufakis (2006) entendem que essas novas contribuições apenas modificariam alguns supostos da economia neoclássica padrão. Bowles (junto a Gintis) busca superar o que denominaram como *economia walrasiana*, cujos fundamentos poderiam ser associados à economia neoclássica. Vejamos em que medida a teoria da coevolução das preferências e instituições desenvolvida por Bowles em seu *Microeconomics* rompe com os supostos neoclássicos.

Com esta intenção, discutimos a contribuição do manual *Microeconomics* de Bowles ao ensino de economia a partir de quatro elementos: atomismo, dualismo, tempo e incerteza. Vejamos como o esquema conceitual de Bowles considerou tais elementos.

Atomismo. Bowles parte da noção de indivíduo para estudar o comportamento dos agregados econômicos. Mas, naturalmente, não é o mesmo indivíduo dessocializado e autointeressado da economia walrasiana tradicional. Há motivações morais e afetivas para o comportamento individual que vão além do autointeresse individual. Segundo Bowles, é possível, dado um conjunto de agentes que interagem segundo um conjunto de regras formais e informais (ou instituições), simular qual ecologia de preferências (altruístas ou não) podem ser moldadas por aquele ambiente institucional. Ora, esta ainda é uma forma de atomismo (pois as instituições coevoluem com indivíduos que agem segundo os ditames da escolha racional). Contudo, as instituições agora nos fornecem um modo de analisar *ao mesmo tempo o mapa de utilidade e as restrições orçamentárias*.

Dualismo. Agregando-se ao instrumental walrasiano, Bowles assume a maior parte dos dualismos associados ao pensamento econômico tradicional, a saber: indivíduo e sociedade, razão e emoção, certeza e incerteza etc. De acordo com Dow (1985), isto provém da necessidade de tratamento formal da economia, associado a um modo de pensamento cartesiano-euclidiano.

Tempo. Bowles usa conceitos como não-ergodicidade e *path-dependence* dos processos econômicos, mas isto não o atrela ao tempo histórico, pois o autor não trata especificamente de eventos concretos. O que Bowles gera com seus modelos são simulações de eventos que *poderiam ter* ocorrido se as instituições e preferências coevoluíssem no longuíssimo prazo segundo as especificações de seu modelo. Isto remete à ideia de tempo mecânico que não corresponde

necessariamente aos eventos do mundo, embora cada simulação particular não permita a reversibilidade do tempo.

Incerteza. Bowles admite um componente estocástico nos seus modelos (por exemplo, a taxa de mutação dos altruístas e/ou não-altruístas quando da sua reprodução). No entanto, este componente é sempre passível de ser colocado numa certa função de distribuição de probabilidade. Mais uma vez, a necessidade de um modelo que seja matematicamente formalizável, além das limitações da teoria dos jogos, não permite, em princípio, que se trate de incerteza fundamental no esquema de Bowles.

Em resumo: a proposta de *Microeconomics* de Bowles, na linha do que sugerem Arnsperger e Varoufakis (2006), *não foge* aos chamados meta-axiomas neoclássicos da economia. É verdade que Bowles busca inserir noções já presentes no *mainstream* da *pesquisa* (história, instituições e preferências endógenas) no *mainstream* do *ensino* da economia. De qualquer forma, esse novo *mainstream* econômico não é compatível com muitas alternativas teóricas heterodoxas mencionadas por Hodgson (1999) e Lawson (2006), como o institucionalismo vebleniano e algumas vertentes do pensamento marxista. Isso nos leva a crer que existe um crivo metodológico para fazer parte desse *mainstream* econômico. Este crivo é efetivo mesmo quando se absorvem elementos teóricos que supostamente revolucionariam a ciência econômica, como a ideia de história, instituições e preferências endógenas em um ambiente repleto de incerteza. Nesse sentido, nota-se que Bowles busca construir uma concepção mais realista e histórica dos processos econômicos (e que comporta, portanto, indivíduos de preferências mutáveis e inseridos em processos históricos). No entanto, tal concepção dos processos econômicos esbarra nos limites postos pela formalização via simulação computacional.

Resta saber em que medida Bowles é bem-sucedido ao inserir tais temas no *mainstream* do ensino da economia. Como mencionamos, o manual analisado, de 2004, foi possivelmente o primeiro livro que buscou aplicar esses novos conceitos ao ensino de pós-graduação em economia. Depois deste manual, outros livros já foram publicados com o intuito de divulgar as novas ideias também nos níveis de graduação e intermediário de ensino²⁰. Nos últimos anos, o projeto CORE,

²⁰ Os três livros recentes utilizados no projeto CORE são *The Economy* (2017), livro-texto básico de economia para estudantes de graduação; *Economy, Society and Public Policy* (2018), um livro de noções

coordenado por Bowles e colaboradores, propõe uma mudança global no ensino de economia. O material do projeto tem aparecido na grande mídia (*Financial Times* e *The Economist*) e sido utilizado em grandes universidades europeias e norte-americanas, como, por exemplo, *Science-Po* (Paris), *University College* (Londres), *Universidade Humboldt* (Berlim) e *Yale* (EUA). No total, em maio de 2020, pelo menos 315 instituições no mundo todo fazem uso dos materiais pedagógicos do projeto CORE no nível de graduação, inclusive no Brasil (onde instituições relevantes na produção de conhecimento em economia, como a UFPR e o Insper já o utilizam)²¹.

Embora sejam necessários mais dados para avaliar comparativamente em que medida o material do projeto CORE é utilizado frente aos manuais tradicionais de economia de Mankiw e Varian, pode-se afirmar que há penetração das novas ideias ventiladas por Bowles no ensino de grandes universidades do mundo atual. Deste modo, sustentamos que as contribuições de Bowles, desde 2004, estão expandindo as temáticas do ensino de Economia e os supostos do *mainstream* para questões como sustentabilidade, pobreza e desigualdade no ensino da economia.

5. Conclusão

Tentamos sistematizar neste trabalho as contribuições de Samuel Bowles em seu manual de 2004 (mas que tem implicações para suas propostas posteriores de ensino de economia). A ideia foi verificar em que medida inovações como as preferências endógenas, a importância da história e as instituições sinalizam uma contribuição ao *mainstream* contemporâneo da Economia, principalmente no ensino.

Vimos na primeira seção que não existe consenso sobre o que qualificaria efetivamente os supostos fundamentais da economia neoclássica em sua relação com o *mainstream* hoje. Observamos ainda que um conjunto de autores – Colander *et al.* (2004), Davis (2006), Arnsperger e Varoufakis (2006), Dequech (2007) e Herscovici (2015) – divergem quanto à natureza desses supostos e à existência ou não de um novo *mainstream* econômico. Na segunda seção, analisamos as contribuições de Bowles com relação às preferências endógenas, instituições e história. Na terceira seção avaliamos tais contribuições com relação ao atomismo,

de economia para o público leigo e estudantes de outras áreas das ciências sociais; e *Doing Economics* (2018), um livro de aplicações empíricas e métodos quantitativos.

²¹ Todas as informações podem ser encontradas em <https://www.core-econ.org/>. Acesso em 09.09.2021.

dualismo, tempo e incerteza. Mencionamos brevemente, com recurso a Hodgson (1999) e Lawson (2006), como algumas abordagens heterodoxas não se enquadrariam nesse novo *mainstream* econômico, não por uma questão dos supostos teóricos utilizados, mas por uma questão metodológica. Mesmo que tenha se distanciado dos supostos simplistas da economia neoclássica padrão, a proposta de Bowles delimita o campo científico em economia a partir do uso de formalização teórica, com base no comportamento racional do agente. Nesse sentido, argumentou-se que o uso de simulações computacionais limita as possibilidades de sua teoria na análise do processo histórico concreto, no qual os agentes são criativos e os resultados de suas ações imprevisíveis (incerteza forte). Em outros termos, os estudos concretos e historicamente situados de autores como Thorstein Veblen não acham lugar no arcabouço de Bowles, embora as ideias de processo evolucionário, instituições e indivíduos moldáveis pelo ambiente estivessem presentes no arcabouço teórico do institucionalista originário.

Por fim, concluímos que o *Microeconomics* de Bowles (e também seus manuais para graduação seguintes dentro do projeto CORE) estão possivelmente gestando um novo *mainstream* no ensino de economia. Metodologicamente, contudo, ele continua a utilizar os pressupostos da escolha racional, risco e equilíbrio da teoria econômica tradicional. Ademais, a proposta de Bowles no campo da pesquisa em economia também poderia ser identificada com esse novo *mainstream* econômico: suas pesquisas cumprem os critérios formalísticos para fazer parte do que é considerado ciência econômica por nomes consagrados, sendo o autor publicado em *journals* relevantes da área.

Referências

ARNSPERGER, C.; VAROUFAKIS, Y. What is neoclassical economics? The three axioms responsible for its theoretical oeuvre, practical irrelevance and, thus, discursive power. *Panoeconomicus*, v. 53, n. 1, p. 5-18, 2006.

BACKHOUSE, R. *A history of modern economic analysis*. Oxford: Blackwell, 1985.

BEINHOCKER, E. *The origin of wealth: evolution, complexity and the radical remaking of economics*. New York: Random House Business, 2006.

BECKER, G. *Accounting for tastes*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

BOWLES, S. Endogenous preferences: the cultural consequences of markets and other economic institutions. *Journal of Economic Literature*, v. 36, n. 1, p. 75-111, 1998.

BOWLES, S. *Microeconomics*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

BOWLES, S.; CHOI, J.; HOPFENSITZ, A. *The co-evolution of individual behaviors and social institutions*, 2003. (Mimeo).

BOWLES, S.; GIRARDI, D. Institution shocks and economic outcomes: Allende's election, Pinochet's coup and the Santiago stock market. *Journal of Development Economics*, v. 134, p. 16-27, 2018.

BOWLES, S.; CARLIN, W. What students learn in economics 101: time for a change. *Journal of Economic Literature*, v. 58, n. 1, p. 176-214, 2020.

CALDWELL, B. *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen & Unwin, 1982.

CHAFIM, F.; KRIVOCHEIN, C. Contribuições à crítica do individualismo metodológico na economia. *Revista Nexos Econômicos*, v. 5, n. 2, p. 35-58, 2011.

CHAI, S.-K. The many flavors of rational choice and the fate of sociology. 2003 ASA *Proceedings*. Disponível em <http://www2.hawaii.edu/~sunki/paper/ratttype.pdf>

COASE, R. The nature of the firm. *Economica*, v. 4, n. 16, p. 386-495, 1937.

COLANDER, D.; HOLT, R.; ROSSER, B. The changing face of mainstream economics. *Journal of Political Economy*, v. 112, n. 4, p. 485-499, 2004.

DAVIS, J. *Theory of the individual in economics: identity and value*. Londres: Routledge, 2003.

DAVIS, J. The turn in economics: neoclassical dominance to mainstream pluralism? *Journal of Institutional Economics*, v. 2, n. 1, p. 1-20, 2006.

DEQUECH, D. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.

DE PAULA, L. F.; SICSÚ, J. *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DOW, S. *Macroeconomic thought: a methodological approach*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 [1939].

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994 [1987].

FINCH, J; McMASTER, R. *The paths of classical political economy and Walrasian economics through Bowles and Gintis' rendering of post Walrasian economics*, 2004. (Mimeo).

FINCH, J.; McMASTER, R. History matters: on the mystifying appeal of Bowles and Gintis. *Cambridge Journal of Economics*, v. 2, n. 2, p. 285-308, 2018.

GINTIS, H. *A framework for the unification of the behavioral sciences*, 2006. (Mimeo).

HERSCOVICI, A. A economia neoclássica: uma análise lakatosiana da cheia do mainstream até sua implosão. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 4, p. 780-798, 2015.

HODGSON, G. *Evolution and institutions: on evolutionary economics and the evolution of economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.

HODGSON, G. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. *Revista Econômica*, v. 3, n. 1, p. 97-125, 2001a.

HODGSON, G. *How economics forgot history: the problem of historical specificity in social science*. Londres: Routledge, 2001b.

KAHNEMAN, D. *Maps of bounded rationality: a perspective on intuitive judgment and choice*, 2002. (Mimeo)

KERSTENETZKY, C. Qual o valor do auto-interesse? *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 3, p. 254-276, 2005.

KERSTENETZKY, C. Individualismo interativo – um ensaio sobre o individualismo metodológico de Hayek. *Estudos Econômicos*, v. 37, n. 1, p. 101-128, 2007.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

LAWSON, T. *Economics and reality*. Londres: Routledge, 1997.

LAWSON, T. *Reorienting economics*. Londres: Routledge, 2003.

LAWSON, T. The nature of heterodox economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 1, n. 23, p. 483-505, 2006.

McCRATE, E. Samuel Bowles and Herbert Gintis. In: SAMUELS, W. (Ed.). *American economists of the late twentieth century*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 1996.

VERCELLI, A. *Methodological foundations of macroeconomics: Keynes & Lucas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.